

Petição:	Individual	<i>A 5ª Comissão</i>
Nome do 1º Peticionante ou de Pessoa Colectiva:	José Augusto Ferreira de Miranda	<i>14.11.07</i> <i>74</i>
Morada:		<i>João Almeida</i>
Local:		<i>CJF</i>
Código Postal:	Assembleia da República Gabinete do Presidente	<i>27 Nov 07</i>
Endereço Electrónico:	Nº de Entrada <u>30630</u>	
Identificação de outros peticionantes:	Classificação <u>181011111</u>	
Objecto sucinto da sua Petição:	Burocracia incompreensível	Data <u>05/11/07</u>

Texto da sua Petição:

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República, Pela presente petição pretendo alertar a Assembleia da República para dois problemas que me causam grandes prejuízos e transtornos neste momento, mas penso que também causarão prejuízos e transtornos a milhares de cidadãos. Residindo comigo na Bélgica há 18 anos, um familiar meu está de regresso a Portugal. Pretendendo legalizar uma viatura que leva consigo, procurou saber qual a documentação necessária para o efeito. Foi informado que entre outros documentos necessitava apresentar nos serviços competentes das Alfândegas uma declaração de que não teve rendimentos do trabalho nos últimos três anos, uma declaração que não tem dívidas ao fisco e uma declaração de que não tem dívidas à Segurança Social. Parece-me completamente absurdo que o Estado exija do cidadão informações de que o próprio Estado é a fonte. Com os meios técnicos que existem actualmente ao dispor, só por incompetência dos responsáveis da Administração Pública se podem justificar tais exigências. É totalmente absurdo que tenha que ser o cidadão a requerer à DGCI, do Ministério das Finanças, uma declaração para ser entregue na Direcção-Geral de Alfândegas, do Ministério das Finanças! Mais do que um absurdo parece-me um abuso de poder da Administração Pública impor aos contribuintes o trabalho que ela própria deveria ter. Senhor Presidente, mas, mesmo considerando estes aspectos, se fosse fácil obter as referidas declarações talvez eu não estivesse aqui a redigir esta petição. O problema é que aqui o cidadão pode começar uma verdadeira via dolorosa. Começa-se por tentar contactar por telefone a Repartição de Finanças da área de residência, neste caso Odivelas, para tentar obter informações. Após vários dias de tentativas infrutíferas e muito tempo perdido, tive que desistir pois ninguém atende os telefones na Repartição de Odivelas. Convido a fazer a experiência. Consigo por fim obter a informação desejada junto dos serviços do Senhor Director-Geral das Contribuições e Impostos. Fui informado que era necessário ir pessoalmente à Repartição fazer o requerimento. Pedi a um familiar que o fizesse, tendo-se dirigido à Repartição de Finanças de Odivelas segunda-feira, 3 de Outubro. Deparando-se com um fila enorme e porque apenas dispunha de 3 horas para tratar do assunto, resolveu não esperar e vol tou no dia seguinte de manhã cedo. Tirou a sua senha e após 3 horas e meia de espera foi atendido. Para seu espanto foi informado que naquela fila apenas lhe podiam passar uma das declarações que necessitava. Para requerer a outra declaração teria que tirar uma senha para outra fila (ao que parece do IRS)! Não podendo ficar para a parte de tarde, voltou no dia seguinte de manhã às 9 horas, terça-feira. Havia já muita gente que esperava, tirou nova senha e esperou até ao fim da manhã, sem sucesso. À tarde teve que ir trabalhar novamente. Só na sexta-feira, hoje, podia lá voltar para fazer nova tentativa. Hoje de manhã, telefonei-lhe de Bruxelas cerca das 10 horas e meia. Já estava na fila desde as nove horas com cerca de 80 pessoas à sua frente. Às 13h15 voltei a telefonar-lhe, estava com 20 pessoas à sua frente, tinha entretanto telefonado a uma colega para a ir substituir no Hospital de Santa Maria, onde trabalha, pois com 20 pessoas à sua frente estava convencida que seria atendida até às 16h00 e era impensável depois de ter chegado tão perto ter que desistir novamente. Quantas horas perdidas para obter uma simples declaração que nem deveria ser necessária! No momento em que escrevo ainda não conheço o desfecho da situação, mas o que importa aqui salientar, Senhor Presidente, é que a Administração Pública não funciona convenientemente, é geradora de prejuízos e de bloqueios

perfeitamente evitáveis, bastaria que os responsáveis políticos e da administração pública prestassem um pouco mais de atenção para estes problemas. Senhor Presidente, exponho este caso porque ele me parece um bom exemplo daquilo não deveria acontecer. Estas situações são inadmissíveis num Estado que quer alinhar ao lado da Europa. Há que corrigi-las com a máxima urgência pois são uma das principais causas do nosso atraso. V.Exa. calculará quantas energias se perdem em Portugal por causas inúteis. É fundamental que os Senhores Deputados na Assembleia da República acelerem o combate à burocracia para que a Administração Pública não fique tão sobrecarregada. É também fundamental que as instituições políticas competentes proporcionem meios técnicos adequados recursos humanos competentes à Administração Pública para que possa bem servir os cidadãos.
Respeitosamente, Com os melhores cumprimentos José Augusto Ferreira de Miranda BI

Caso não seja possível contactar o 1º Peticionante, indique outro contacto:

Nome:

Morada:

Local:

Código
Postal:

Endereço
Electrónico: